
ACONTECIMENTO VIOLENTO EM NARRATIVAS: PENSANDO A HISTORICIDADE EM RELATOS JORNALÍSTICOS SOBRE A CHACINA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

VIOLENT EVENTS IN NARRATIVES: ON HISTORICITY WITHIN JOURNALISTIC ACCOUNTS ON THE BELÉM METROPOLITAN AREA MILITIA SLAYINGS

71

Sergio do Espírito Santo

Jornalista e Doutorando pelo Programa da Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Pernambuco, Recife.
espsanto.sergio@gmail.com

Jessé Andrade Santa Brígida

Jornalista e Doutorando pelo Programa da Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará e Belém.
jesse.asb@gmail.com

Resumo

Este artigo busca compreender como é possível pensar em eventos violentos por meio da noção de acontecimento, com ênfase no processo de narrativização e de sua aderência a uma historicidade que interliga passado, presente e futuro, de modo a tornar o acontecimento socialmente inteligível. Realizamos esse esforço a partir de matérias do jornal impresso *Diário do Pará* sobre a chacina da Região Metropolitana de Belém, ocorrida em 20 e 21 de janeiro de 2017, as quais encaramos como narrativas jornalísticas que integram o momento inaugural de emergência do acontecimento. Por meio desse exercício analítico, foi possível apreender como as narrativas produzidas pelo jornalismo são atravessadas por historicidade, levando a articular diferentes temporalidades e condições de identificação do acontecimento violento, tanto em relação à categorização quanto de seu contexto social de ocorrência e reverberação.

Palavras-chave: Acontecimento; Narrativa; Chacina; Historicidade.

Abstract

This paper aims at understanding how it possible to think on violent occurrences trough the notion of event, emphasizing its narrativization and an adherence to historicity, which intertwines past, present and future, as to make an event socially intelligible. Such effort is carried out through accounts published by newspaper Diário do Pará on the militia slayings at Belém Metropolitan Area, on January 20th and 21st 2017, as we consider them to be journalistic narratives that are part of the inaugural moment of the event emergence. This analytical exercise leads us to apprehend how journalistic narratives are marked by historicity, which articulates different temporalities and conditions for identifying the violent event, both in relation to its categorization and to the social context of occurrence and reverberation.

Keywords: Event; Narrative; Militia Slayings; Historicity.

INTRODUÇÃO

A violência é construída pelas mídias? Durante algum tempo essa questão veio acompanhada de uma preocupação moralizante em torno de certas práticas midiáticas, de recortes subjetivos da realidade, resvalando em chaves interpretativas como o sensacionalismo, a banalização e a espetacularização para delimitar as limitações da cobertura jornalística na compreensão de fenômenos sociais complexos, das suas dimensões sociológicas ou de uma problemática social como a violência. No entanto, ao buscar apontar limitações, essa perspectiva é pouco aprofundada, haja vista que confere ao processo de produção dos relatos da violência no espaço midiático um caráter ou de todo onipotente ou de extrema fragilidade, não se atentando quanto às nuances, atravessamentos e tensões presentes na produção de narrativas midiáticas.

Se esse contexto parece complexo, por que então a sua emergência em imagens e textos jornalísticos não seria? Uma visada capaz de ir além dessa superfície torna possível realocar essa questão e modular os apontamentos rumo a novos entendimentos do fazer narrativo do jornalismo e de sua rotinização, assim como das relações tecidas com o social. É em razão disso que buscamos realizar um exercício heurístico de pensar o trabalho narrativo do jornalismo na constituição dos acontecimentos da vida social (Quéré, 2005, 2012), algo que cotejamos em relação a narrativas sobre violência, mais especificamente na chacina ocorrida em 2017 na Região Metropolitana de Belém (RMP), Pará.

Segundo a perspectiva de Louis Quéré (2012), o acontecimento é entendido como aquilo que emerge na trajetória da vida social, nas experiências, sendo capaz, pelo seu potencial de afetação, de causar rupturas, rearranjar posições, convocar à fala e à compreensão, passando a ser nomeado e a ter uma identidade individualizada. Dessa forma, “os acontecimentos não são, em primeiro lugar, representações, mas mudanças existenciais apreendidas sob o aspecto do seu *happening* e experimentadas simultaneamente sob o prisma de suas qualidades imediatas e seu condicionamento externo” (Quéré, 2012, p. 37). Portanto, não se trata de apenas uma ocorrência, mas daquilo que produz uma configuração relacional que instaura a imbricação entre as ordens do fenômeno e a transformação de um conjunto de ideias – por esse motivo, o acontecimento poderia ser entendido como tendo duas vidas, uma como acontecimento existencial e uma como objeto de julgamento, distinção a que pretendemos voltar nas próximas seções.

A partir desse ponto de vista, investigamos em que medida é possível compreender a configuração narrativa de um acontecimento violento e como ele é atravessado por uma historicidade que condiciona a sua inteligibilidade. Para tanto, nosso percurso analítico parte de narrativas jornalísticas sobre a série de assassinatos ocorridos em 20 e 21 de janeiro de 2017 na

Região Metropolitana de Belém, evento denominado de chacina pelos meios de comunicação local. Essa chacina é parte de pelo menos outras 10 que aconteceram entre os anos de 2011 e 2019 apenas na Região Metropolitana, segundo dados compilados por Deluchey (2019).

Especificamente naquela do início de 2017, houve um total de 28 homicídios nos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, com características de execução e cometidos por homens encapuzados, tudo isso após a morte de um policial militar, soldado da Ronda Tática Metropolitana (ROTAM), que estava em serviço.

Nossa atenção se volta para como os relatos jornalísticos buscaram em eventos anteriores possíveis explicações para o ocorrido naquele ano, com uma orientação das narrativas, pautadas na rememoração dos eventos com a finalidade de contexto e explicação, buscamos perceber a emergência da historicidade no acontecimento chacina.

Há algumas razões que levam a essa articulação. A primeira seria o fato de haver um quadro social contemporâneo no qual chacinas são uma categoria de evento que se tornou parte do léxico sobre violência urbana na sociedade brasileira, de modo que é reconhecível e compreendida em qualquer região do país, e comumente é acompanhada de um processo de feitura acontecimental – isto é, ao ocorrer uma chacina, há um cenário intenso de disputas para caracterizar o que aconteceu, esforços de nomeação, construção de uma identidade baseada em algum aspecto singular do evento, bem como tensões sobre causas e responsabilidades, algo que se processa por meio da ação em torno do acontecimento, mas também pela sua inscrição em objetos sociais que os descrevem e os narram (Babo-Lança, 2008). A segunda está no fato de as narrativas jornalísticas terem um papel relevante na emergência de acontecimentos no presente, justamente porque operam alinhavando temporalidades que possibilitam a compreensão daquilo que se dá, em interface com seu passado e futuro (Quéré, 2005).

Por essa razão mobilizamos matérias jornalísticas publicadas no dia 23 de janeiro de 2017, imediatamente após a ocorrência da chacina da RMB, em um momento que pode ser identificado como parte da “etapa inaugural” desse acontecimento. Em razão de estarmos interessados em pensar a emergência acontecimental também no que diz respeito a sua historicidade, optamos por apresentar matérias publicadas no jornal *Diário do Pará*, um dos impressos produzidos por mídias corporativas da capital e cuja área de circulação é a própria RMB. Tal escolha se dá em relação à vinculação entre esse então novo acontecimento violento e a outros que o antecederam como forma de dar os primeiros contornos explicativos para o que será a narrativa elaborada pelo jornal.

DE QUE ACONTECIMENTO ESTAMOS FALANDO?

A perspectiva sobre acontecimento que orienta o presente trabalho o compreende como um fenômeno marcado por movimentos de emergência, que se instaura em razão de sua dimensão hermenêutica, capaz de revelar aspectos da vida social na abertura de sentidos possibilitada pelo processo mesmo em que se insufla vida a ele (Arquembourg, 2005; França, 2016; Neveu & Quéré, 1997; Quéré, 2005). Assim, o acontecimento nos remete a uma heurística diante da narrativização midiática da violência, marcadamente considerando que “os acontecimentos são elementos centrais na compreensão das narrativas e as mídias estão permanentemente lidando com eles, seja quando os narra, seja quando participa, inclusive pelo gesto narrativo, da dialética agir sofrer o acontecimento” (Carvalho, 2016, p. 270), ao mesmo tempo em que é socialmente animado em decorrência “de seu potencial hermenêutico (abertura de sentidos), convocação / formação de públicos (sujeitos afetados), desdobramentos narrativos. Acontecimentos fazem a sociedade falar; a fala da sociedade nos revela suas dimensões axiológicas, culturais e políticas” (França, 2016, p. 222).

Trata-se não só de pensar os acontecimentos em contexto, mas também a maneira como se perfazem na vida social. De acordo com Quéré (2005), tanto na experiência individual quanto na coletiva, é possível situar acontecimentos que nos afetam e configuram quadros de interação difusos em razão das suas qualidades. Por esse motivo, o acontecimento poderia se constituir a partir de duas modalidades de experiência – enquanto fato do mundo e enquanto fenômeno de ordem hermenêutica. Não se trata de perceber o acontecimento “que acontece” como um ente fenomenológico de todo independente, mas de pensar que o acontecimento acontece a alguém e mesmo essa sua dimensão de fato do mundo é decorrente da passibilidade de sermos por ele afetados, integrando-os à experiência (Quéré, 2005). A esse respeito, portanto, infere

podem distinguir-se duas modalidades de experiência dos acontecimentos, não dissociadas, contudo, na vida real. [...] Eis duas perspectivas distintas que, na maior parte das vezes, se combinam concretamente. Quando um acontecimento se produz, tratamo-lo como um facto no mundo, situável no tempo e no espaço. Identificamo-lo através da sua descrição. Descrevemo-lo especificando as suas circunstâncias (especificação que pode ser resumida ou alargada). Tentaremos explicá-lo pela trama causal que o provocou, dar-lhe um sentido em função de um contexto prévio que o torne compreensível, socializar a surpresa que ele constitui atribuindo-lhe «valores de normalidade» (tipicidade, comparabilidade com acontecimento passado similares, previsibilidade à luz das possibilidades do contexto, necessidade d ocorrência, etc.) (Quéré, 2005, p. 66).

Esses dois movimentos diante do acontecimento dão conta da sua processualidade, já que, segundo Quéré, a descrição e a narração que buscam dar sentido e reduzir a sua contingência se dão enquanto processo comunicacional, em uma mútua imbricação que só faz sentido enquanto fenômeno socialmente realizado. A respeito mesmo dessa relação, Quéré (2012), já se referindo

ao acontecimento/facto do mundo como acontecimento existencial e ao acontecimento da ordem hermenêutica como acontecimento/objeto de julgamento, afirma que a diferença entre os dois diz respeito ao grau de simbolização presente em cada um deles. Sobre o primeiro, trata-se de acontecimentos encarados e abordados pela experiência direta, em suas qualidades imediatas, por meio de reações espontâneas. Já quanto ao segundo, são “acontecimentos que enfrentamos enquanto ocorrências recortadas do fluxo das mudanças, isoladas de seu contexto, nas quais concentramos nossa atenção na busca de uma determinação mais ou menos aprofundada de seu conteúdo e de sua identidade [...]” (Quéré, 2012, p. 24).

Essa forma de lidar com os acontecimentos sociais, sua “segunda vida”, sua transformação em acontecimento-objeto, torna-se possível porque o trabalho de sua descrição envolve um processo de tessitura de uma intriga, de agenciamento de seus elementos em narrativa, operando uma mediação entre acontecimento e as configurações relacionais nas quais ele emerge (Quéré, 2012). De modo similar à perspectiva de Quéré, Borisenkova (2010) assinala que nem tudo se constitui como acontecimento, na medida em que, para se tornar acontecimento (*event*), uma ocorrência (*happening*) precisa ser processada por meio de narratividade, capaz de distinguir as duas ordens de evento e fazer a ocorrência adquirir significância como parte de uma narrativa. Além dessa dimensão, a narrativa “também demonstra uma capacidade de ‘refigurar’ o social ao descrever os acontecimentos sociais, subordinado sua sucessão a uma lógica de narração e transformando as suas características temporais” (Borisenkova, 2010, p. 93).

Trata-se, portanto, de reconhecer nesse trabalho narrativo uma dessas dimensões presentes nessa transformação do acontecimento existencial em acontecimento-objeto. Isso, porque este é posto sob escrutínio, torna-se examinável, emerge junto a uma descrição narrativa, tem o elemento temporal como condição da sua existência – em um alinhavo que parte do presente e está apoiado em elementos do passado e projeções de futuros. Podemos ver então como figuram elementos de uma historicidade do acontecimento que só é possível em decorrência da natureza narrativa dos acontecimentos-objetos, que são configurados no domínio de sua compreensão e interpretação pública, que não pode ser dissociado da contexto espaço-temporal no qual se dá sua emergência e reverberação.

A CHACINA DE BELÉM INSCRITA EM NARRATIVAS

O fenômeno que apresentamos aqui tem como ponto de partida chacinas urbanas ocorridas na periferia de Belém, em 20 e 21 de janeiro de 2017, sendo importante demarcar como fazem parte de uma gramática ou categorização midiática, tanto local quanto nacionalmente, mas que

transborda para outros âmbitos da vida social e faz com que a chacina seja uma espécie de rótulo identificador, o nome de um acontecimento, evocador dos eventos que o constituem, inserindo assim o acontecimento chacina em um quadro interpretativo em que o episódio inaugural, os desenvolvimentos, os desfechos e mesmo as tensões integram um percurso de narrativização socialmente inteligível por meio da mobilização de situações problemáticas, isto é, situações que convocam à ação coletiva, iniciativas de determinação o que aconteceu, explicações e interpretações. Trata-se, portanto, de um acontecimento que emerge em interface com a sua descrição, com o trabalho de transformação de estados em uma inscrição narrativa, envolvida na tentativa de domesticá-lo. Segundo a socióloga Isabel Babo-Lança (2008),

O acontecimento contingente é associado a outros acontecimentos, a causas, a razões e a motivos no caso das ações feitas, é comparado com outros acontecimentos do mesmo tipo ou é colocado em relação a uma ordem social, sendo a sua contingência reduzida pela sua inscrição num contexto causal, com a abertura de condições ou possibilidades de ocorrência. Isto constitui uma operação de normalização ou um processo de normalização do acontecimento, em que um “valor de normalidade” lhe é atribuído pela redução da sua contingência. Esta operação de normalização inscreve o acontecimento social numa textura causal ou teleológica a qual, mais do que coordenadas espaço-temporais, permite identificá-lo [...]. As relações causais individualizam os acontecimentos, distinguindo-os de outros (Babo-Lança, 2008, pp. 4-5).

Realizamos aqui um exercício de articulação entre formas de pensar acontecimento – com ênfase no acontecimento violento – e sua vida narrativa em face da historicidade que o atravessa. Para tanto, recorreremos, como expresse anteriormente, a duas matérias que apresentam aquele que seria o início da constituição simbólica da chacina da RMB; em outras palavras, efetuamos uma leitura dos primeiros relatos que fazem parte da acontecimentalização dessa chacina. Trata-se de duas matérias publicadas no jornal *Diário do Pará*, em edição do dia 23 de janeiro, intituladas “32 pessoas são executadas após morte de soldado da PM” (Avelar, 2017, p. A2) e “Mortes em série superam três vezes a chacina de 2014” (Soares & Menezes, 2017, p. A2), nas quais a narrativa avança com novos eventos, ao mesmo tempo em que se confere uma maior inteligibilidade para acontecimentos anteriores.

Algumas ressalvas sobre essa escolha estão no fato de haver apenas dois jornais impressos de circulação expressiva na RMB: *Diário do Pará*, da Rede Brasil Amazônia (RBA); e *O Liberal*, das então Organizações Romulo Maiorana (ORM), atualmente Rede Liberal. Foi realizada uma consulta em ambos os periódicos para verificar se havia qualquer remissão a chacinas anteriores no momento de eclosão daquela de janeiro de 2017, mas constatamos que apenas *Diário do Pará* fazia esse movimento de resgate, que interessa para a presente escrita por conta de uma preocupação com a historicidade do acontecimento. Por essa razão, trazemos apenas duas matérias de um impresso,

mas o fazemos como um exercício analítico de integrar domínios conceituais que operam em interface, pensando-os a partir de narrativas jornalísticas. Passemos então ao exame dos relatos.

A2 ESPECIAL
24h de notícias • www.diarioonline.com.br

VIOLÊNCIA SEM CONTROLE

32 pessoas são executadas após morte de soldado da PM

Depois do assassinato do PM Rafael Costa, 29 anos, na manhã da última sexta-feira (20), a Grande Belém foi palco de uma verdadeira chacina

INSEGURANÇA

JR Avelar
j.avelar@diarioonline.com.br

Os números são assustadores. Desde o assassinato do soldado Rafael da Silva Costa, 29 anos, da Polícia Militar (PM), morto com um tiro na cabeça, na manhã da última sexta-feira (20), até a noite de ontem, a Grande Belém registrou 32 mortes com características de execução sumária. O episódio é similar ao ocorrido em novembro de 2014, quando 11 pessoas foram mortas na capital, após o assassinato do cabo Pet (leia abaixo).

As mortes deste fim de semana começaram após o assassinato do soldado Rafael, morto no bairro da Cabanagem, em Belém. As 32 execuções contabilizadas pela reportagem do DIÁRIO, por meio de documentos da polícia, ocorreram em Belém, Ananindeua e Marituba.

Além dos mortos, existem várias pessoas feridas com arma de fogo no Hospital Metropolitano, em Ananindeua, e Pronto-Socorros do Guamá e 14 de Março, em Belém, todas alvejadas após a morte do PM.

DOR E MEDO

As mais recentes vítimas da violência sem limite que assola a Região Metropolitana de Belém têm nome, documento, família e endereços. Nesta edição, o DIÁRIO apresenta uma série de reportagens especiais abordando um dos assuntos que mais preocupam a população paraense: a insegurança. A dor das famílias, o medo dos cidadãos e a crítica de políticos e representantes dos Direitos Humanos também fazem parte do conteúdo.

HOMICÍDIOS NA GRANDE BELÉM

SEXTA-FEIRA (20)

- 1 Belém - Cabanagem - vítima conhecida como "Tantinho", 23 anos - 9h
- 2 Marituba - Gabriel dos Santos Santana 23 anos - 11h
- 3 Ananindeua - Rosivaldo Lopes Favacho - 12h30
- 4 Ananindeua - Coqueiro - Franck Pinheiro Correa - 13h
- 5 Belém - Bengui - Jorh Santos dos Santos, 19 anos - 14h10
- 6 Belém - Sacramenta - Alex Costa da Silva, 25 anos - 14h30 (carro preto)
- 7 Ananindeua - Atalala - Eunice do Espírito Santo, 36 anos - 15h (carro prata)
- 8 Ananindeua - Atalala - Luciano Henrique Pantoja de Oliveira, 22 anos - 15h (carro prata)
- 9 Belém - Cabanagem - Hugo Fabricio Maciel Borges, 15h
- 10 Belém - Castanheira - Glauber Costa de Cristo 34 anos - 17h
- 11 Belém - Campina - Helder William Freitas Pantoja - 19h30
- 12 Belém - Guamá - Flavio Oliveira Maciel, 23 anos - 19h45
- 13 Ananindeua - Águas Lindas - Edivaldo Rodrigues Gonçalves, 28 anos - 20h
- 14 Ananindeua - Icuí-Guarajá - Walber Luiz Santos Oliveira - 20h30
- 15 Ananindeua - Cidade Nova - Fagner Luiz Rodrigues Neri, 33 anos - 20h45
- 16 Belém - Icoaraci - Jacilene do Socorro Pereira da Costa - 21h10 (motocicleta)
- 17 Marituba - Patrick Barbosa de Sousa 35 anos, 22h05
- 18 Belém - Jurunas - Moises de Jesus da Silva - 22h07 (carro preto)
- 19 Ananindeua - Águas Lindas - Elvis Cirino de Noronha Sobrinho - 22h38
- 20 Belém - Guamá - Edison Calandrine Amâncio de Azevedo - 22h40
- 21 Ananindeua - 40 Horas - Anderson Cleiton Sousa Almeida - 23h11 (carro preto)
- 22 Ananindeua - 40 Horas - Joelson Guedes Carneiro - 23h12 (carro preto)
- 23 Marituba - Kaio Teles dos Santos, 18 anos - 23h30
- 24 Ananindeua - Ronaldo Vieira Pierno - 23h50
- 25 Ananindeua - Joelson Guedes Cordeiro - 23h55

SÁBADO (21)

- 26 Belém - Jurunas - Edivaldo Pantoja - 1h (motocicleta)
- 27 Belém - Pedreira - Rerysson Reinaldo Simões Rosário - 1h (carro prata)
- 28 Ananindeua - Cidade Nova - Anderson Cleiton de Sousa Lopes - 10h
- 29 Belém - Marumbá - Carlos Augusto da Silva, 19 anos - 12h
- 30 Belém - Outeiro - adolescente de 17 anos - 9h40
- 31 Belém - Outeiro - adolescente de 17 anos - 9h45

DOMINGO (22)

- 32 Belém - Telégrafo - Jefferson Serrão Macedo, de 20 anos (carro vermelho)

Figura 1 - Matéria sobre chacina da RMB, 23 jan. 2017

Aqui temos o primeiro, na matéria “32 pessoas...” (Avelar, 2017, p. A2), que resgata a ocorrência catalisadora desse acontecimento – a morte de um policial em resposta à qual mais de 30 pessoas teriam sido mortas, com claros sinais de execução. Como parte da narrativa do jornal, esse relato busca dar dimensão do quão extensa teria sido a abrangência das mortes, pois houve um grande número de vítimas em diversos bairros de três municípios da RMB, Belém, Marituba e Ananindeua. Além disso, no intertítulo, “Dor e medo”, menciona a importância de evidenciar o fato de essas vítimas terem “nome, documento, família e endereços”, ao mesmo tempo em que assinala que essa quantidade de homicídios estaria relacionada ao problema da insegurança, como “um dos assuntos que mais preocupam a população paraense”. Cabe destacar, que além desse movimento,

de publicar os nomes e locais de mortes da vítima, há um outro aspecto do relato que é essencial para garantir sua compreensão dentro do quadro proposto pelo jornal. Trata-se da seguinte afirmação: “O episódio é similar ao ocorrido em novembro de 2014, quando 11 pessoas foram mortas na capital, após o assassinado do cabo Pet”(Avelar, 2017, p. A2). Trata-se de uma remissão que nos interessa aqui por colocar em cena a própria ideia de passado do acontecimento para pensar sua atualização ou nova emergência, tornando-se o prisma por meio do qual se poderá encarar e compreender uma nova chacina, que àquela altura ainda estava em seus estágios iniciais de problematização pública.



Figura 2 - Box sobre a relação entre a chacina de 2017 e a de 2014

Na segunda, intensificam-se tanto esse processo de escrutínio público quanto de comparação dos acontecimentos de 2017 e 2014. Nesse momento, o jornal convoca para a narrativa atores que veemente questionam a atitude do Estado diante da chacina. Há aqueles representados, por um lado, na figura dos deputados Carlos Bordalo, Lélcio Costa e Edmilson Rodrigues, defensores de pautas progressistas e atuantes na oposição, que na matéria criticam a atuação do governo estadual, e, por outro, do deputado Iran Lima, de legenda da situação da época, que fala sobre a relação conflituosa entre o governador à época e a corporação policial. A matéria dá ênfase à crítica que os primeiros realizam a uma declaração feita pelo então secretário de Segurança Pública, segundo a qual teriam ocorrido “mortes além da média”. Aqui nos interessa pôr em relevo o fato de essa chacina ter sido comparada com a de 2014, agora por quem é parte da narrativa e não apenas pelo próprio jornal. Importa também destacar como esses atores sinalizam que a chacina não seria meramente uma questão banal, a ser ignorada, mas resultado da ação de milícias e grupos de extermínio, o que por sua vez também vincula essa nova ocorrência com aquela similar

de três anos antes. A esse respeito, é eloquente o primeiro parágrafo da matéria, o qual expressa que:

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará, Carlos Bordalo (PT), destaca que as mortes brutais do fim de semana superam as do episódio ocorrido entre a noite do dia 4 e madrugada de 5 de novembro de 2017. A “Chacina de Belém”, como ficou conhecida, ocorreu após o assassinato do cabo Pet e deixou 11 mortos em 5 bairros da capital (Soares & Menezes, 2017, p. A2).

Se encararmos essas chacinas como acontecimento, vemos como esses relatos e sua narrativa resvalam em mais do que a descrição de casos de mortes violentas, aponta para um cenário constituído de tensões e de modus operandi caracterizado por um “campo problemático”, entendido por Quéré (2011, p. 27) como “um conjunto de problemas enredados, cuja análise está mais ou menos estabelecida (em termos de causas e consequências, de tipos de agentes e de tipo de razão de agir) e cujo tratamento é encarado em termos de alternativas relativamente definidas”. Nessa perspectiva, um acontecimento tem a potencialidade de revelar um campo problemático de dimensão mais ampla, lançando luz sobre aspectos não só contextuais, mas inerentes ao “acontecer” desse acontecimento na vida social.

Diante dessa virtualidade reveladora, emerge a necessidade de descrição, discussão, fala, exame – quer midiático, quer institucional, quer cotidiano –, a fim dar conta de um acontecimento individualizado e da sua totalidade significativa (Quéré, 2011). Essa dimensão do campo problemático não é autoevidente no acontecimento, mas é algo que emerge nos movimentos de leitura possibilitados por essa ligação com a vida social e pelo fato de eles remeterem às tensões do contexto dos quais emergem, ainda que muitas das vezes os sentidos pareçam estar estabilizados no caráter típico que os acontecimentos possuem.

A esse respeito, pontuamos um relatório da Ordem dos Advogado do Brasil, seção Pará (OAB-PA), produzido alguns meses depois da chacina de 2017. O documento caracteriza as mortes no contexto de chacina, a maneira como se fala delas e como a sociedade se relaciona com elas, como consequências de um expediente reproduzido de forte delimitação de quais vidas são tomadas como perdidas.

Nos estudos feitos no Pará percebe-se duas dimensões nefastas do fenômeno da morte de jovens negros e pobres. A primeira evidencia-se pelo discurso de legitimação dos assassinos e pela criminalização das vítimas, tidas sempre como “vagabundos”, “devedor”, “maconheiro” ou “com passagem”, este discurso sintetizado na expressão “bandido bom é bandido morto” é martelado diariamente por jornalistas e veículos de comunicação na imprensa escrita, falada e televisionada de forma que se tornou um mantra já assimilado por grande parte da população, inclusive pela população que está sujeita a estes matadores. A segunda dimensão dos crimes cometidos contra jovens negros e pobres é a irrelevância midiática de suas mortes, fica patente que o estrato social a que pertence à vítima é preponderante para a comoção social que sua morte causa. O exemplo

claro foi a repercussão da morte de um universitário numa segunda feira, logo após um final de semana onde foram registrados 19 mortos, incluindo uma criança. Neste caso o número de mortes é usado pela imprensa para dar mais dramaticidade à cobertura da morte do estudante universitário. Este fato está claramente ligado ao estereótipo que insere todo jovem oriundo da periferia da RMB no rol de suspeitos e que marginaliza suas condutas pela expressão da cultura de periferia e o coloca com sujeito da expressão “bandido bom é bandido morto” (Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, 2017, pp. 7-8).

A descrição sinaliza para o contexto problemático da condição de vida das pessoas periféricas vitimadas e os âmbitos nos quais elas são socialmente alocadas. Esses mortos, não quaisquer mortos, são os indivíduos à margem, periféricos, que, no bojo dos saberes sobre a violência, sobretudo os midiáticos, são tidos como potencialmente criminosos, potenciais usuários de drogas, ainda que não haja confirmações a esse respeito, mortos pelas suas supostas relações com um “mundo do crime” e o tráfico de drogas. O domínio midiático, nessa perspectiva, surge como lugar de reiteração do que os nomeia, do estatuto em que são inscritos, e a forma como a presença da sua morte integra uma economia da visibilidade que perpassa também um regime jornalístico de normalização dessas mortes, apontando no lugar mesmo da produção noticiosa em torno da violência um lócus em que o conflito se evidencia. Desse modo, é possível dizermos que aponta para uma naturalização da ‘descartabilidade’ da vida que se processa em uma interação complexa, reflexiva, do acontecimento com o social, razão por que nos relatos apresentados acima têm mais espaço a crítica institucional às políticas de segurança pública e o quantitativo de mortes, do que a própria vitimação ou dimensões de luto ou perda por parte das famílias, por exemplo.

EM TORNO DOS TEMPOS E DA HISTORICIDADE NA NARRATIVIZAÇÃO DE CHACINA

Como consequência desse campo problemático e da narrativa que insere o acontecimento em contexto, o questionamento em torno dos tempos emerge como forma de dar cabo de nosso movimento analítico, já que vemos nessa articulação do tempo presente a inscrição de outros tempos que agregam outros sentidos para o próprio sentido de atualidade que caracteriza a narrativização da violência no jornal, aparentemente instaurada quando busca narrativizar um acontecimento em um ciclo completo, abarcado seu início ou origem, meio e fim.

Cumpramos ressaltar essa aparente descontinuidade em razão de a visada do acontecimento nos fazer atentar para o seu contrário, a interação das temporalidades, localizando o acontecimento em uma historicidade que lhe confere sentido, haja vista que é a historicidade que dá forma, que localiza determinado acontecimento dentro de regras e símbolos partilhados pelos indivíduos do presente ou do tempo em que vivenciam o ocorrido. Quando o jornal enuncia a chacina em relação à sua recente ocorrência e quando evoca uma mesma classe de acontecimento, mas já na

caracterização de outra chacina identificável, resvala em um processo no qual “ao desorganizar o presente, o acontecimento instala uma temporalidade estendida, convoca um passado com o qual ele possa estabelecer ligações, anuncia futuros possíveis” (França, 2012, p. 47). Esse tempo presente se constitui como espaço de interface no qual o acontecimento se produz e é entendido, se perpetua em relação a acontecimentos anteriores e anuncia aquele valor de normalidade para o seu potencial de projeção ao futuro.

Sobre essa imbricação de tempos, Hartog (2015) infere que é nos regimes de historicidade que ela se processa, inferindo que na modernidade parte-se do presente para dar conta das experiências do tempo. O autor aponta para possibilidades narrativas condicionadas às relações entre presente, passado e futuro – de modo que essa relação define a possibilidade mesma de haver histórias sobre os acontecimentos. Diante disso, o autor se indaga da seguinte forma: “há relação entre um passado esquecido ou demasiadamente lembrado, entre um futuro que quase desapareceu do horizonte ou entre um porvir ameaçador, um presente continuamente consumado no imediatismo ou quase estático ou interminável, senão eterno?” (Hartog, 2015, p. 38).

Essa contingência sobre a caracterização dos tempos também condiciona a sua compreensão e realização, sendo possível, no caso das narrativas sobre chacina, perceber essa complicada trama de temporalidades oscilantes, que apresentam pelo acontecimento violento o passado dos acontecimentos, ao mesmo tempo em que parece tentar ocultá-lo, o futuro entre o vaticínio da agravamento da violência e da sua própria dimensão de inelutável, além de um presente conflitivo, mas cujos sentidos foram estabilizados e tornados típicos, incontornáveis.

Por outro lado, Dosse (2013) nos mostra uma problemática do tempo que se apresenta justamente na conjunção entre acontecimento e narrativa, no trabalho do historiador, mas também como um marco para compreender a vida social na configuração de sua historicidade. Na sua perspectiva, para compreender o acontecimento nas possibilidades de sua ordem hermenêutica é preciso estar atento à transformação, já que “a fixação do acontecimento, sua cristalização se efetua a partir da sua nomenclatura” (Dosse, 2013, p. 186). É em razão disso que a temporalidade dos acontecimentos se relacionaria com formas de produzir e estabelecer uma própria mitologia, com sentidos que são expandidos nos cruzamentos entre os sentidos individuais e coletivos, o que se dá em certa medida pelo enredamento, pela tessitura da intriga, processo no qual a própria constituição dos tempos na narrativa é dependente do enredamento na mediação dos acontecimentos.

Daí também essa ordem narrativa emerge no ato de narrar a violência, sendo fundamental para

uma inscrição da experiência do acontecimento chacina na vida social, já que se pauta nessa atualização e inteligibilidade ligada ao processo de transfiguração do tempo e do mundo sócio-histórico, mediado pela narrativa, mas que remete de volta aos acontecimentos anteriores e reprodutores dos sentidos no quadro dos possíveis que esse acontecimento violento produz. Dessa forma, podemos enxergar sob um novo prisma a ideia de que “ao ser apreendido enquanto passado, o acontecimento pertence ao domínio das ideias, deixando o domínio da existência [...] ele cria um passado porque surge a questão de saber o que o provocou e condicionou e cria um futuro porque há interesse em suas potencialidades e consequências” (Quéré, 2012, p. 26-27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a chacina de janeiro de 2017, houve ainda pelo menos mais três no mesmo ano, todas em bairros periféricos, com características de execução e homens encapuzados possivelmente ligados a milícias e grupos de extermínio (Deluchey, 2019). Todas foram identificadas como chacinas pelos jornais e discussão pública em torno dessas violências letais, com um quadro de problematização que não difere muito do apresentado nas duas matérias acima, inclusive com a presente incorporação de ocorrências anteriores na medida em que mais chacinas vinham a ser cometidas. Por essa razão, a adoção da perspectiva do acontecimento nos impele a considerar uma interação de ordem complexa entre elementos da temporalidade que condicionam a constituição simbólica dos acontecimentos e as configurações relacionais que ele torna possível.

Do ponto de vista narrativo, vimos nas narrativas acima como havia uma indeterminação do acontecimento ainda em andamento, assim como a referência ao passado do acontecimento, seguido de apontamento para um futuro incerto, no qual mais mortes poderiam acontecer ou mais chacinas dessa mesma natureza se tornariam mais constantes. Vemos nessa emergência do presente, uma configuração temporal que escalona os tempos de vivência dos indivíduos, um mesmo ponto narrativo que interage com os tempos simbólicos da constituição do acontecimento, possibilitando uma experiência imersiva na historicidade, na qual o presente se explica pelo passado e projeta um futuro que prolonga a insegurança e os atos violentos protagonizados no interior chacina.

Os lugares em que essas temporalidades se inserem são difusos e apontam para uma contingência ainda mais marcante nos esforços interpretativos sobre o acontecimento, tanto quanto aquela que marca a sua transformação como objeto de julgamento materializado nas narrativas. Algumas posições decorrentes dessa visada, no entanto, reverberam e assinalam a proficuidade de pensar essas narrativas de violência em interface com a sua aderência ao contexto

social em que emerge o acontecimento, sendo a atenção em relação a essa vida narrativa do acontecimento algo bastante relevante, marcadamente, porque ao acontecimento depende também do trabalho narrativo em torno de seus elementos, algo no qual as mídias tem um papel fundamental, dele derivando as configurações temporais que lhe conferem a sua existência enquanto entes compreensíveis e que fazem compreender a ligação entre acontecimento, narrativa e historicidade, a fim de complexificar uma visada sobre a violência que transcorre num quadro muito típico da vida social.

REFERÊNCIAS

- Arquembourg, J. (2005). Entre facto e sentido: contar o acontecimento. *Trajectos*, (6), 109-112.
- Avelar, J. R. (2017, 23 de janeiro). 32 pessoas são executadas após morte de soldado da PM. *Diário do Pará*, p. A2.
- Babo-Lança, I. (2008). Reprodutibilidade do acontecimento na ordem institucional. In *Anais do 1º Colóquio Internacional Imagem e Sociabilidade* (pp. 1-18). Belo Horizonte, MG.
- Prusakova, A. (2010). Narrative refiguration of social events: Paul Ricoeur's contribution to rethinking the social. *Ricoeur Studies*, 1(1), 87-98.
- Carvalho, C. A. (2016). As mídias como metáforas narrativas: apontamentos sobre a necessidade metodológica de não desprezar as textualidades. In Moura, C. P. & Lopes, M. I. V. (Org.). *Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas* (pp. 257-276). Porto Alegre, RS: EDIPUCRS.
- Deluchey, J.-F. Y. (2020). *Biopolítica e morte no Brasil: o extermínio da juventude negra (ultra)periférica na Amazônia*. Belém: UFPA
- Dosse, F. (2013). *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo, SP: Edunesp.
- França, V. R. V. (2012). O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In França, V. R. V., & Oliveira, L. (Org.). *Acontecimento: reverberações* (p. 39-51). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- França, V. R. V. (2016). Partilhando experiências: a atração e o desafio da comunicação. In Lopes, M. I. V. (Org.). *Epistemologia da comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas* (pp. 209-224). São Paulo, SP: ECA-USP.
- Hartog, F. (2015). *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Neveu, E., & Quéré, L. (1997). The age of events. The spume of history - or an information master-frame? *Réseaux*, 5(1), 9-25.

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (2017). *Relatório da situação dos casos de chacinas e extermínio de jovens negros no estado do Pará*. Belém, PA: OAB-PA.

Quéré, L. (2005). Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, (6), 59-75.

Quéré, L. (2011). A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. *Caleidoscópio*, 10, 13-37.

Quéré, L. (2012). A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In França, V. R. V., & Oliveira, L. (Org.). *Acontecimento: reverberações* (pp. 21-38). Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Soares, P., & Menezes, C. (2017, 23 de janeiro). Mortes em série superam três vezes a chacina de 2014. *Diário do Pará*, p. A2.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 10/06/2022

Received on June 10th, 2022

Aprovado em: 11/07/2022

Accepted on July 11th, 2022

Publicado em: 30/08/2022

Published on August, 30th, 2022

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo: Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review: Double review.

Agência de Fomento: Não tem.

Funding: No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Santo, S.E. & Brígida, J.A.S. (2022). Acontecimento violento em narrativas: pensando a historicidade em relatos jornalísticos sobre a chacina da região metropolitana de Belém. *Rev. Mult. Amapá - REMAP*, 2 (1), 71-84.

ABNT

SANTO, S. E.; BRIGIDA, J.A.S. Acontecimento violento em narrativas: pensando a historicidade em relatos jornalísticos sobre a chacina da região metropolitana de Belém. *Rev. Mult. Amapá - REMAP*, Macapá, v. 2, n.2, 2022.



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.